

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO BRASIL: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES PARA A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Maíra Salles de Souza, UFBA, <https://orcid.org/0000-0003-4151-7690>, Brasil,
maira_salles@yahoo.com.br

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, UFBA, <https://orcid.org/0000-0002-3835-2883>, Brasil, isasousa2010@hotmail.com

Exo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio).

1 Introdução

A formação do arquivista no Brasil apresenta-se como uma temática complexa, demonstrando uma tentativa das instituições de ensino superior (IES) contemplar as necessidades exigidas pelo mercado de trabalho, ambiente em constante transformação, que de um lado tem a informação arquivística e de outro o usuário, envolvendo um processo histórico social.

Dentre as atividades e funções executadas nas instituições arquivísticas, o profissional da informação (arquivista) desenvolve atividades distintas, relacionadas às: questões administrativas, pesquisas acadêmicas e/ou científicas, informações para cidadania, que demandam ações de mediação da informação, para atender às diferentes necessidades informacionais.

Diante desse cenário, a mediação da informação, temática amplamente discutida na Ciência da Informação (CI) e na Biblioteconomia e Documentação, mostra-se oportuna na Arquivologia, questionando-se: Como a formação do arquivista no Brasil insere os conteúdos de mediação da informação?

Formar o arquivista para ser um mediador é fundamental em razão das exigências contemporâneas que apresentam novos

problemas e demandas originados pelas mudanças sociais e tecnológicas, nas quais a informação arquivística encontra-se inserida seja na atividade prática, seja no campo científico.

Esse contexto motiva a reflexão sobre a formação em nível superior no país, que mesmo seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), instituídas pelo Ministério da Educação (MEC), o processo de ensino aprendizagem possui suas particularidades nos diversos estados do território nacional.

O estudo é um recorte da tese defendida no âmbito de um Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil, que tem objetivo geral verificar a formação do arquivista no Brasil voltada para a mediação da informação. Especificamente objetiva: a) identificar as IES brasileiras que abordam a mediação e a mediação da informação; b) traçar o perfil dos discentes concluintes dos cursos de Arquivologia pesquisados; e c) demonstrar a percepção dos discentes concluintes em relação aos conteúdos de mediação da informação nos currículos.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa se caracteriza como de levantamento, em nível descritivo e documental, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, cujo universo contempla 16 (dezesseis) cursos de Arquivologia presenciais.

Exclui-se o curso de ensino a distância no Brasil, por ainda não possuir turmas formadas, e os discentes participantes deveriam ser concluintes no ano de 2021. Salienta-se que os resultados apresentados compreendem os dados coletados em janeiro a maio de 2021, período em que as atividades acadêmicas estavam suspensas presencialmente em razão da pandemia da Covid-19.

A partir da percepção dos sujeitos da pesquisa, justifica-se este trabalho por refletir o processo formativo do arquivista nas IES, como uma escuta sensível, para captar nuances sobre a teoria e a prática da mediação da informação, partindo do entendimento que as instituições arquivísticas são espaços multirreferenciais. Nesse sentido, a prática profissional também é formativa, dependente de competências, de habilidades e de atitudes para transformar a informação arquivística em conhecimento.

A visão ampliada da atuação do arquivista interfere no processo ensino aprendizagem e de como o currículo do curso é estruturado e praticado, ressaltando o diálogo entre as áreas da Arquivologia e CI que direciona o perfil do egresso para além das exigências do mercado de trabalho.

2 Formação do Arquivista no Brasil e a Mediação da Informação

A reflexão acerca do processo formativo do arquivista aborda os aspectos históricos e conceituais, impostos pelos movimentos norte americano e europeu, e as novas perspectivas de atuação profissional.

A compreensão da formação perpassa pela organização curricular, que apresenta alguns problemas estruturais decorrentes do regime de formação para o ensino superior, resultantes das reformas universitárias de 1960 e 1970, que permanecem na atualidade, tais como: dificuldades para a aprovação de propostas curriculares inovadoras por incompatibilidade com as regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares; e ausência de aplicação de dois princípios norteadores dos

currículos contemporâneos, flexibilidade e interdisciplinaridade.

Na estrutura curricular dos cursos de Arquivologia brasileiros, Jardim (2001) alega que elaborar conteúdos com características interdisciplinares torna-se um desafio, tendo em vista a prevalência de um percurso formativo fragmentado e sobre carregado, imperando o tecnicismo na formação profissional.

É importante ponderar que os saberes e práticas da área da Biblioteconomia e da Documentação foram necessários para estruturar os projetos pedagógicos dos primeiros cursos de Arquivologia. Isso porque o processo formativo adotou o documento como objeto de estudo das áreas, e as formas de tratamento, organização/classificação, conservação, descrição, disseminação e acesso apresentavam semelhanças conceituais.

Entretanto, Lodolini (2010) complementa que existem diferenças na formação profissional do arquivista e do bibliotecário, sendo favorável a formação específica das áreas, mesmo aceitando que em alguns momentos pode existir uma base comum de conhecimento para ambos, a exemplo de: fundamentos da informação, lógica, direito administrativo, organização do conhecimento, metodologia da pesquisa, entre outros.

A posição do autor é contrária a alguns pesquisadores da atualidade, que deslocaram o objeto de estudo para a informação, especialmente por considerar os avanços das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na produção documental, como Silva & Ribeiro (2008), Fonseca (1999) e Ribeiro (2011), que propõem formar profissionais da informação, vinculada as instituições de Ciência da Informação, por lidar com o fenômeno social da informação, propondo a harmonização na formação profissional. Essa proposta é observada na Universidade do Porto (Portugal), por exemplo.

Neste estudo, o termo arquivista se refere ao profissional de nível superior de ensino, que atua em arquivos e serviços arquivísticos, de

caráter público ou privado, sendo responsável pela produção, tratamento, organização e difusão da informação arquivística.

A tradição europeia inspirou a formação profissional nas Américas, sendo perceptível alguns dos métodos e procedimentos arquivísticos desenvolvidos pela *École Nationale des Chartes* utilizados nas universidades brasileiras até a presente data (Matos, 2008).

A formação do arquivista, de acordo com Heredia Herrera (1991), depende da cultura de cada país e da demanda do mercado de trabalho, podendo ser oferecida por universidades e pelas próprias instituições arquivísticas e associações profissionais. Dessa maneira, o interesse dos agentes formadores incide no objetivo formativo (percebido pela natureza dos conteúdos ministrados), na necessidade de mão-de-obra e na qualidade da preparação profissional.

No caso brasileiro, a partir de 1970, os cursos de Arquivística seguiram a tendência francesa da centralização dos arquivos, das discussões históricas e do direito de acesso; e americana, ao adotar o conceito de arquivo moderno, com a dissociação do gestor documental e arquivista historiador.

O esforço para a regulamentação do ensino superior partiu da Associação de Arquivistas Brasileiros, com a aprovação da Câmara de Ensino Superior para o primeiro curso de Arquivologia em 24 de janeiro de 1972 (Fonseca, 1999). A formação em instituição de nível superior se tornou uma realidade, iniciando as aulas do Curso Permanente de Arquivos em 1973, no Arquivo Nacional, sob responsabilidade da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) (Tanus & Araújo, 2013).

Assim, a Arquivologia se consagrou na institucionalização universitária, com o objetivo de preparar o profissional para o exercício na administração pública, mostrando o interesse do Estado para a formatação dos cursos.

A preparação em nível universitário, segundo Bellotto (2014), exige uma formação

intelectual geral, conhecimentos da teoria arquivística e de metodologia dos arquivos, e teoria e prática das ciências auxiliares da História (diplomática, paleografia, sigilografia) e as tecnologias documentais (informática, microfilmagem, preservação). De acordo com a autora, o currículo da área contemplaria disciplinas nucleares, condizem com o fazer arquivístico; disciplinas complementares, que abordam conhecimento de outras áreas essenciais para criação e organização de arquivos; e disciplinas suplementares, correspondendo às instrumentais ligadas ao documento.

A década de 80 é, considerada por Tanus & Araújo (2013), uma fase de estagnação da graduação em Arquivologia e efervescência dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) em diversas universidades do país. Por outro lado, a partir de 1990, época marcada pela tecnologia da informação e anseios democráticos, novos cursos foram criados.

Em 2007, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) permitiu ampliar as IES, sendo, atualmente, dezessete graduações: treze em âmbito federal e três estaduais, em grau de bacharelado e na modalidade presencial; e uma instituição privada com graduação na modalidade da educação a distância (EAD). Esses dados representam um avanço para a consolidação da Arquivologia, sobretudo com o aumento das pesquisas científicas, que estimulam a produção editorial e promoção de eventos científicos.

Além da graduação, Valentim (2000) indica a educação continuada para o aperfeiçoamento profissional, podendo ser desenvolvida a partir de três vertentes: a extensão e atualização, em que a qualificação profissional é, na maioria das vezes, realizada por associações e conselhos; a pós-graduação *lato sensu* (especialização), destinada ao profissional inserido no mercado de trabalho; e a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), formar o profissional para a pesquisa e o ensino.

Particularmente no Brasil, a Arquivologia enquadra-se nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação e em História Social. Em 2012, foi autorizado o mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, a ser realizado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e desde então, as turmas formadas nas linhas de pesquisa “Arquivo, Arquivologia e Sociedade” e “Gestão da Informação Arquivística” representam uma conquista para a ampliação do escopo científico da área, contribuindo com estudos na visão humanista e cultural, para além da formação técnica em nível de graduação.

A formação arquivística voltada para manuais, normas e instrumentos de tratamento do acervo já não contempla os anseios da sociedade contemporânea. A reformulação dos cursos e de suas bases curriculares deve privilegiar um desempenho profissional tecnicista e humanista. Habilidades para os trabalhos colaborativos e de atuação em ambientes digitais, seja nos aspectos estruturais, com o gerenciamento e uso de redes (*internet*), elaboração de sistemas de informação, gestão arquivística de documentos eletrônicos, e também nos sociais, com estudo de perfil de usuários e recuperação da informação nas plataformas digitais, são demandas da atualidade.

O ensino da arquivística na era da informação, de acordo com Thomassen (2005, tradução nossa), demanda por um profissional que atenda as necessidades de tratamento dos registros eletrônicos das instituições/ pessoas/ famílias e gerencie técnicas automatizadas para esses registros.

De acordo com Malheiros & Ribeiro (2011), são mudanças ocorridas em razão da dinâmica social, especialmente a partir das tecnologias da informação e comunicação (TIC), características do paradigma pós-custodial que se preocupa com a criação, armazenamento, disseminação e preservação da informação arquivística no ambiente digital, contexto em que o profissional do arquivo se adequa para atender as novas demandas.

Nesse contexto de crescimento da área, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Arquivologia apresentam-se como conjunto de normativas obrigatórias para estruturação da educação superior, norteando o planejamento curricular das instituições de ensino. São responsáveis por projetar um nivelamento na aprendizagem, estabelecendo objetivos dos egressos, conteúdos básicos e competências gerais e específicas que abarcam as diversidades regionais; e, por preservar a autonomia das instituições de ensino superior, incentivando a construção dos seus currículos.

As diretrizes para a área da Arquivologia requerem avanços, a fim de responder aos desafios dos arquivos e serviços arquivísticos públicos e privados e as indagações contemporâneas relativas à informação arquivística. Para Fonseca (1999, p.6),

[...] as diretrizes propostas acrescentam muito pouco ao perfil do currículo mínimo em vigor desde os anos 1970. O momento atual é vital para que se possa estabelecer uma reformulação efetiva nos parâmetros que tem orientado a formação de arquivistas no Brasil.

A autora defende que a formação seja em vista às transformações sociais advindas da sociedade da informação.

No contexto contemporâneo, observa-se que a competência geral nas DCN para Arquivologia visa “[...] traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação [...]” (Conselho Nacional de Educação, 2001), característica que se aproxima dos conteúdos de mediação da informação, compreendida na primeira definição de Almeida (2009, p.92) como:

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Ao compreender que a construção do conhecimento é dinâmico, Almeida (2015, p.25) ampliou o conceito de mediação da informação para:

toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

A partir da interpretação de ação de interferência, constata-se que a mediação se insere em um processo produtivo de comunicação, resultando uma relação dos atores/sujeitos com o mundo; é inerente a prática do profissional da informação (mediador), por indicar alternativas e caminhos ao usuário, favorecendo a construção de conhecimentos; e, trata da ambiência (meio ambiente) de equipamentos informacionais, destacando um espaço físico/virtual adequado e um lugar de acolhimento, para que a mediação se concretize.

O profissional da informação é o agente de interferência, identificado como um sujeito ativo e participativo. Santos *et al.* (2021, p.344) alegam que esses profissionais precisam

[...] reconhecer a importância de uma atuação humanizadora no processo de mediação da informação, tornando o seu fazer uma concepção de vida.

Em razão do contexto sociocultural, Lousada (2016) afirma que a mediação da informação está arraigada no cotidiano, necessária a construção de sentido e argumenta que

[...] a Arquivologia oferece subsídios teóricos, epistemológicos e práticos consistentes que merecem ser discutidos a partir dos parâmetros da

Mediação da Informação. (Lousada, 2016, p.126).

A interferência perpassa pela atuação do arquivista no seu fazer diário, mesmo que de maneira inconsciente, a exemplo da situação de identificação e avaliação documental. Aqui, por exemplo, percebe-se a inexistência da neutralidade e imparcialidade, pois as experiências individuais e memórias afetam a escolha do que selecionar; atitude que também influencia no ato de atender a uma necessidade informacional do usuário.

Diante disso, o caráter da mediação pode ser implícito ou explícito, associado à ação de interferência do profissional da informação. Conceitualmente, a mediação implícita acontece nos espaços dos equipamentos informacionais, prevalecendo ações de processamento técnico da informação, enquanto que a mediação explícita ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável (Almeida, 2009).

Em algumas ocasiões, é difícil identificar qual dimensão da mediação o profissional está a desempenhar, porque a forma inconsciente do exercício laboral pode ser de controle e/ou de propagar o acesso. A percepção da atuação ocorre na facilidade e/ou dificuldade de acesso, no comportamento de atendimento, na maneira de falar e ouvir, na estruturação do setor de atendimento e nas ações de educação de usuários. Freire (2019, p. 251) sustenta que ter consciência crítica do trabalho assegura a “[...] ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens”, fazendo com que a prática de um profissional possa transformar realidades.

A esse respeito, Gomes (2019) defende que a efetividade da mediação da informação depende da articulação de cinco dimensões, identificadas como dialógica, estética, formativa, ética e política, que contribuem para a apropriação da informação de forma consciente e o desenvolvimento do protagonista social, tanto do mediador quanto do usuário.

A dimensão dialógica compreende a interação dos sujeitos sociais, oportunizando o compartilhamento de informações e a construção de sentido. A dimensão estética se manifesta na articulação de linguagens e na intensificação do debate (através dos dispositivos de comunicação), na harmonia dos ambientes, na autonomia de expressão, de exercício da expressão e de comunicação do usuário. A dimensão formativa, acontece no processo de apropriação da informação do usuário, ressaltando a ação de mediação como intrínseca ao ser humano de significar e ressignificar o conhecimento. A dimensão ética do mediador implica na observação sensível dos comportamentos, se preocupando em acolher e dialogar, gerando confiança, cumplicidade e cooperação. Na dimensão política, o sujeito conscientiza-se de sua “postura no mundo” e de sua atuação profissional.

As dimensões mencionadas por Gomes (2019) são potencialmente percebidas na mediação explícita, porque nelas as interações são direta entre os sujeitos, que se manifestam, se colocam, se expressam e, quando um agente é capaz de dissimular (portanto, agindo sem ética), suas reais posições podem ser demonstradas.

Por outro lado, na mediação implícita ou indireta, a subjetividade das ações mediadoras impregna os processos de organização, tratamento e preservação dos equipamentos informacionais dificultam a identificação das dimensões. Na visão de Brandão & Borges (2016), o arquivista assume a função de agente mediador, pois no próprio fazer arquivístico é o responsável por analisar, organizar e disseminar a informação.

Portanto, é importante destacar a ação do arquivista como mediador entre a informação arquivística e o usuário, criando oportunidades para a construção do conhecimento.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo apresenta um breve levantamento bibliográfico sobre o tema, a partir dos conceitos e das definições para a

fundamentação teórica, e recorre a pesquisa descritiva, a partir das características de determinado fenômeno, que foram observados, analisados e interpretados sem interferência do pesquisador (Gil, 1999).

Além disso, se caracteriza como documental por realizar análise dos *sites*, relatórios, regimentos, projetos pedagógicos, *blog*, redes sociais dos cursos selecionados para amostra, bem como nos registros normativos do Ministério da Educação, permitindo coletar informações em um conjunto de documentos (fontes primárias), de acordo com as prescrições de Laville & Dionne (1999).

O método de investigação foi o estudo de múltiplos casos nos Cursos de Arquivologia das IES brasileiras, com base em Yin (2001), que o define como estratégia de pesquisa aplicada aos fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Ressalta-se que do universo investigado no contexto brasileiro, o curso EAD foi desconsiderado da amostra.

A pesquisa de campo foi realizada entre janeiro a maio de 2021, utilizando um roteiro semi-estruturado, buscando informações sobre a página principal do curso de Arquivologia (histórico, matriz curricular, integralização do curso, público alvo, perfil do egresso, competências e habilidades), quantitativo de discentes, estrutura da instituição (laboratório, salas de aula, auditórios), publicações, notícias, comunicação com o usuário, entre outros.

Vencida essa etapa, o contato com os coordenadores do Colegiado de Curso foi essencial para identificar os(as) alunos(as) concluintes (em 2021) e enviar os questionários *on-lines* e a declaração de consentimento livre e esclarecido, documento necessário em razão da ausência de um Comitê de Ética para área das Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), instituição de origem da pesquisa.

A aplicação de questionário eletrônico ao corpo discente (identificados por DI) ocorreu entre fevereiro a maio de 2021, sendo uma técnica de pesquisa que apresenta como

vantagem atingir um grande número de pessoas e pode ser respondido em momento oportuno, sem expor os pesquisados à influência do pesquisador (Gil, 1999). Os participes representantes desse grupo foram contatados mediante solicitação aos Colegiados do Curso, que de pronto atenderam a demanda.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, a taxa de retorno foi de 35 (trinta e cinco) discentes das cinco IES estudadas, com maior representatividade da UFF, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Percentual dos sujeitos da pesquisa (por IES)

IES	%
UFSM	9%
UFMG	14%
UNESP/Marília	17%
UFES	23%
UFF	37%
Total	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

É possível que a baixa adesão observada nos percentuais esteja relacionada ao contexto pandêmico, mesmo com o empenho dos Colegiados de Curso em divulgar a pesquisa. Provavelmente, a dificuldade de participação dos discentes seja decorrente do desconforto gerado pelo ensino remoto, a julgar pelo reduzido número de matriculados em trabalho de conclusão de curso (TCC) e os valores inferiores a dez discentes que concluíram a graduação nesse período, conforme informações dos coordenadores de curso.

A técnica usada para organizar e interpretar os dados foi a análise de conteúdo, empregada por Bardin (2016, p.15), que define como:

um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de freqüências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis

em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e caucciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem.

É por essa diversidade de técnicas, da inferência e da atração pelo oculto, que incorre a análise de conteúdo nos currículos dos cursos de Arquivologia, ciente de que o processo formativo exige um ato interacional entre professor e discente.

Em virtude disso, esta pesquisa, de acordo com Bardin (2016), compreende três fases para a análise de conteúdo, enunciadas como: pré-análise (coleta e organização do material, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos); exploração do material (descrição das categorias de análise fundamentadas pelos teóricos e princípios conceituais); e tratamento dos dados, inferência e interpretação (tratamento dos resultados brutos para tornarem significativos).

Por isso, a estratégia adotada serviu para conduzir o estudo em uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Creswell (2007), a abordagem qualitativa faz com que a investigação seja carregada de valores. Os dados obtidos subjetivamente para interpretar os fenômenos e atribuir significados, contribuiu para perceber o que os discentes percebem da formação profissional em relação aos conteúdos da mediação da informação e se os cursos de Arquivologia atendem ao novo perfil de usuário e ambientes digitais, em que há ressignificação da informação arquivística, sobretudo na construção do conhecimento.

A pesquisa quantitativa é reconhecida por Laville & Dionne (1999) como aquela que ajuda a compreender e explicar os fenômenos, contribuindo para a construção de saberes. Dentre as suas características, as evidências são mensuradas, filtradas, organizadas e tabuladas; e as respostas

amostrais são apresentadas por gráficos e percentuais. Logo, os indicadores de frequência, inclusive combinados, servem de base para as inferências e subjetividade do pesquisador.

A conjunção dos dois tipos de dados (textual e estatístico) ocorre na coleta de dados, na análise e na interpretação, proporcionando respostas aos objetivos da pesquisa, ainda mais, considerando o tamanho da amostra a ser trabalhada, no qual o caráter numérico reduz informações difusas e irrelevantes.

4 Resultados Finais

A pesquisa realizada visa indicar o cenário curricular dos cursos de Arquivologia do Brasil, partindo de uma visão geral da institucionalização até o aprofundamento do objeto de estudo, que são os cursos que apresentam conteúdos sobre mediação da informação nos seus componentes curriculares, tendo como foco as reformulações curriculares mais recentes, aprovadas pelas instâncias acadêmicas.

A primeira fase consistiu do levantamento dos cursos de Arquivologia no Brasil, realizada nos *sites* das instituições de ensino superior, no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação, e no *site* do Conselho Nacional de Arquivos. Os resultados indicaram a existência de 16 (dezesseis) cursos presenciais e 1 (um) na modalidade à distância (com início das atividades em 2020).

A partir da identificação dos cursos, realizou-se a leitura dos projetos pedagógicos, dos planos de ensino aprendizagem, de normativas e de outros documentos institucionais. Para complementar, foram analisadas as estruturas curriculares, identificando os componentes curriculares de caráter geral e profissionalizante.

A formação do arquivista no Brasil para mediação da informação contempla cinco IES: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade do Estado de São Paulo

(UNESP/Marília) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Observa-se que as IES são localizadas na região sul e sudeste do país, sendo três delas vinculadas a Escola / Departamento de Ciência da Informação (UFF, UNESP/Marília e UFMG), demonstrando a relação de proximidade entre as áreas de Arquivologia e de Ciência da Informação.

Ao considerar a trajetória histórica e epistemológica, Marques (2016, p.181) entende que

[...] a manutenção da subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação camufla conquistas seculares daquela disciplina, encobrindo suas peculiaridades teóricas e epistemológicas por trás de questões político-institucionais [sic].

O autor reconhece que os diálogos entre as áreas fortalecem o campo científico de ambas, situação que explicita que as configurações acadêmico-institucionais não são neutras e representam uma relação de poder-saber e interesses, como argumentam Tanus & Araújo (2013).

A integração administrativa de alguns cursos impacta no perfil de formação profissional, voltada ao profissional da informação, coadunando com a visão de Silva & Ribeiro (2008) e Fonseca (1999). Tal ação favorece o aproveitamento racional de recursos humanos, materiais e financeiros, entretanto, é preciso conservar as singularidades da área para não comprometer a identidade do arquivista, salientado por Lodolini (2010), defensor da Ciência Arquivística.

O Quadro 2 aponta os cursos de Arquivologia que possuem conteúdos voltados para a mediação, apresentando a carga horária mínima para integralização curricular, a atualização dos projetos pedagógicos e o conceito de avaliação do MEC, elementos norteadores no desenvolvimento científico da área no país.

Quadro 2: Cursos de Arquivologia: carga horária, projeto pedagógico e conceito de avaliação do Ministério da Educação (por IES)

IES	Carga Horária (integralização curricular em horas)	PPC (ano aprovação)	Conceito MEC (ano)
UFSM	2.715	2020	4 (2017)
UFF	2.660	2018	4 (2018)
UFES	2.400	2017	5 (2016)
UNESP/Marília	2.640	2020	Sem conceito
UFMG	2.400	2015	5 (2014)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os cursos variam entre o mínimo de 2.400 horas ao máximo de 2.715 horas, exercendo o princípio da autonomia universitária, eliminando a rigidez estrutural e favorecendo a integralização de componentes curriculares, projetos de extensão, programas, estágio e atividades científicas. Este critério tem influenciado as reformulações curriculares recentes, que podem ter relações com as avaliações *in loco* do MEC, sendo que dois cursos obtiveram conceito 4 e dois deles nota 5, indicadores de qualidade de ensino.

Ao analisar os projetos pedagógicos que atendam aos objetivos formativos para um arquivista mediador, observou-se que:

a) UFSM – Componente curricular: Mediação e difusão em arquivos. Ementa e/ou conteúdo programático: Refletir e compreender o que é acesso à informação no âmbito dos arquivos; identificar e compreender a mediação da informação em arquivos e os diferentes tipos de serviços de referência; identificar e compreender a dimensão e a aplicabilidade da difusão, do marketing e da educação patrimonial nos arquivos; desenvolver um projeto, ação ou produto voltado à mediação ou à difusão em arquivos. Salienta-se que esta disciplina terá 15 horas destinadas a realização de trabalhos de extensão. Natureza do componente curricular: obrigatória.

b) UFF – Componente curricular: Serviço de referência e informação I. Ementa e/ou conteúdo programático: serviço de referência em arquivos e bibliotecas, usos e usuários da informação em arquivos e bibliotecas, educação permanente e continuada em

arquivos e bibliotecas, mediação em arquivos e bibliotecas. Natureza do componente curricular: obrigatória.

c) UFES – Componente curricular: Mediação cultural em arquivos. Ementa e/ou conteúdo programático: funções arquivísticas e os direitos culturais; patrimônio cultural e patrimônio documental; democratização e democracia cultural em arquivos; arquivo como lugar de produção cultural. Natureza do componente curricular: obrigatória.

d) UNESP/Marília – Componente curricular: Mediação cultural e da informação. Ementa e/ou conteúdo programático: mediação da informação em unidades de informação (aspectos teóricos e práticos); a informação como um fenômeno social: aspectos teóricos e as relações que estabelece com a sociedade, a cultura, a história, o patrimônio cultural e os equipamentos culturais. Natureza do componente curricular: optativa.

Componente curricular: Serviços e usuários da informação em arquivos. Ementa e/ou conteúdo programático: discute o usuário da informação no âmbito dos arquivos. Apresenta os diferentes tipos de estudo, métodos e técnicas para identificar o perfil, uso e satisfação dos usuários; mediação da informação. Natureza do componente curricular: obrigatória.

e) UFMG – Componente curricular: Organização e métodos aplicados à Arquivologia. Ementa e/ou conteúdo programático: Conceitos básicos de O&M e sua inserção no contexto dos arquivos. O arquivista no âmbito das organizações: mediador estratégico do conhecimento. Leitura e elaboração de instrumentos básicos na prática arquivística: organograma, fluxograma, formulários e manuais. Espaço físico e arquivos: layout e ergonomia. Natureza do componente curricular: obrigatória.

Nos ementários, a mediação associa-se a difusão, *marketing*, educação patrimonial nos arquivos, usos e usuários, democracia, práticas arquivísticas; ou seja, tem como foco a informação arquivística e sua dinâmica na

sociedade, relacionada com a cultura e a memória social, nas dimensões simbólicas e materiais.

A identificação do conteúdo dos planos de ensino traz indícios da ação do mediador da informação de forma implícita e de forma explícita, conforme Almeida (2009).

É fato que o arquivista é um mediador da informação, mas essa acepção não está consolidada na formação profissional e, por isso, faz necessário compreender a visão dos discentes que, mesmo refletindo contextos diferentes, auxilia delimitar o ensino da mediação da informação nos cursos de Arquivologia.

Para responder o segundo objetivo específico, delineou-se o perfil dos respondentes, com o intuito de identificar gênero, faixa etária, renda familiar, nível de escolaridade dos pais, *status* ocupacional, interesse na educação continuada, entre outros.

Do total de 35 (trinta e cinco) participantes, 69% é do sexo feminino e 31% do masculino; e 48% se declararam de cor branca e 40% parda. A faixa etária é distribuída em até 25 anos (31%) e entre 26 a 35 anos (31%), isto é, público adulto e relativamente jovem. No computo geral, os dados revelam maior inserção de pessoas adultas, com experiências (pessoais e profissionais) diferentes dos recém egressos do ensino médio, pressupondo que a escolha do curso de Arquivologia não é de forma aleatória, mas uma decisão estratégica de atuação no mercado de trabalho.

Quanto ao nível de escolaridade dos pais, os dados indicam que os genitores são pessoas com instrução formal que varia entre ensino médio completo e ensino superior completo, que somados perfazem mais da metade dos respondentes (53,3%). Esse resultado traz indícios que a instrução familiar cria condições e incentivos para a pessoa iniciar a universidade, orientando, em alguns casos, as escolhas profissionais e a continuidade dos estudos.

Em relação à renda familiar, merece destaque para a faixa de renda cujos valores se enquadram nas características da classe média

brasileira, nos estratos socioeconômicos entre C2 a B2 (R\$ 3.300,01 até R\$ 6.600,00), segundo indicadores da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas [Abep] (2019). O percentual desse grupo evidencia uma sutil mudança do perfil dos ingressantes do curso de Arquivologia, tendo em vista que havia o predomínio da classe com rendimentos entre R\$ 1.100,01 até R\$ 3.300,00.

No *status* ocupacional atual, a maior parcela dos respondentes (66%) encontra-se desenvolvendo alguma atividade laboral ou realizando estágios remunerados, demonstrando a importância do turno noturno para oportunizar o acesso ao ensino superior, condição promovida pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto n. 6.096, 2007).

Um dado interessante ainda relacionado ao *status* ocupacional é o ínfimo percentual de bolsistas de iniciação científica (3%), situação que poderá impactar no desenvolvimento da pesquisa em Arquivologia. Possivelmente, o desinteresse dos discentes esteja atrelado ao valor reduzido da bolsa, a necessidade de se manter na instituição e a oferta de estágios remunerados atraentes, bem como há de considerar que a maioria trabalha e as bolsas não permitem vínculos. Além disso, pelo fato de serem estudantes do período noturno, talvez os horários desenvolvidos nas pesquisas não possibilitem essa participação.

Em se tratando de uma pesquisa que investiga a formação do arquivista, se buscou compreender a visão dos discentes quanto ao processo de educação continuada. Nesse sentido, é significativo o percentual daqueles que desejam prosseguir os estudos após a graduação (94%), fato que é ressaltado por Valentim (2000), pois visa à qualificação profissional e formar profissional para a pesquisa.

Percebe-se, portanto, a relevância da capacitação em cursos e/ou realização de pós-graduação, comprovada com o ingresso de arquivistas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e no mestrado

profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (pela UNIRIO).

A identificação dos pesquisados é essencial para a contextualização da universidade e sua abrangência social, especialmente para verificar a modificação do cenário educacional promovida pelo REUNI (Decreto n. 6.096, 2007). É interessante comentar que os resultados esboçam um perfil do alunado do sudeste e sul do Brasil, região de concentração econômica e industrial, reconhecida por uma cultura educacional que difere das outras regiões brasileiras, inclusive comparando-se quanto à classe social e cor/raça dos discentes, lacuna a ser respondida por estudos futuros.

Posteriormente, o questionamento foi direcionado ao entendimento da mediação que, na percepção dos(as) discentes, é entendida como um conceito genérico utilizado pela área do Direito e da Comunicação, a exemplo de: “Resolução de conflitos, facilitação na interação e do diálogo entre as partes” (DI13); “Promover e facilitar a interação de dois ou mais sujeitos, em busca de um objetivo comum” (DI12); “Ser o facilitador de comunicação entre duas pessoas” (DI19); “Conversa entre partes para chegar a uma solução de um problema” (DI1).

As falas dos(as) pesquisados(as) retomam a origem epistemológica do termo, que embora tenha aproximação com a mediação de conflitos, da área do Direito, demonstra um terreno propício para tratar dos aspectos teóricos que favoreçam uma prática fundamentada na mediação da informação, visto que indicam a importância do processo dialógico, que é a base da ação mediadora, como defende Gomes (2019).

Por outro lado, DI20 enfatiza que o “processo de mediar [é] de criar uma ponte entre dois pólos”, ou seja, “[...] uma ponte entre o usuário e a informação, sendo o profissional arquivista quem direciona a documentação” (DI4), explicação que diverge de Almeida (2009, 2015), pois associa a ponte como um processo estanque, centrado na transmissão da informação, sem que ocorra a apropriação.

Porém, uma terceira possibilidade foi assinalada pelos discentes, caracterizando a mediação como o “envolvimento com a instituição, dialogando e intermediando ações com diferentes partes” (DI9), ou “quando há a participação ou intermédio de algo/algum, entre duas ou mais partes envolvidas” (DI21), ou ainda “[...] ser intermediário de uma ação [...] [e] mediar a preservação e o acesso à informação e documentos” (DI18) e “[...] um processo de assistência/auxílio que pode ser dado a fim de se atingir algum objetivo específico” (DI32), que são definições consolidadas do ato de mediar, em que o agente mediador (citado como intermediário) auxilia no processo de construção do conhecimento, como destaca Malheiro & Ribeiro (2011).

Nessa linha de pensamento, Lousada (2016, p. 124) defende que “[...] a informação deva ser mediada e não meramente disseminada ou tampouco transferida”, pois o ato de mediar favorece a apropriação da informação e a construção de saberes pelos usuários.

O aprofundamento das discussões e reflexões sobre o objeto pesquisado, demandou a busca pela compreensão dos(as) discentes sobre as derivações da mediação apresentadas nos conteúdos curriculares, especificamente no que tange a mediação cultural (57%) e a mediação da informação (54%).

A vertente cultural notadamente está associada ao documento arquivístico como patrimônio, ressaltando a importância do tratamento documental realizada pelo arquivista para garantir a preservação da memória e, consequentemente, possibilitar a transformação da informação em conhecimento. Esse ponto de vista coaduna com Ribeiro (2010, p. 65) ao explicar que o modelo francês de Bernard Lamizet e Ahmed Silem, originado em 1997, admite a mediação como uma “instância articuladora, na comunicação e na vida social, entre a dimensão individual do sujeito e sua singularidade e a dimensão coletiva da sociabilidade e da relação social”. Nesse sentido, a mediação manifesta-se através da linguagem e a da representação cultural,

interferindo na formação do indivíduo e na sua atuação social.

Os dados apontam para o termo “mediação arquivística”, com 49% de indicação dos participes, referindo-se a uma denominação pouco explorada na literatura da área e associada à disseminação da informação, que distancia do conceito de Almeida (2009).

Por ter relação com o caráter transversal da mediação da informação nos componentes curriculares dos cursos de Arquivologia brasileiros, é perceptível que a maioria dos discentes diz ter visto conteúdos sobre mediação da informação nos componentes específicos de ação cultural em arquivos (77%), estudos de usuários (74%) e difusão arquivística (69%), resultado que coincide com os ementários estudados.

A identificação do que seja mediação implícita e explícita mostrou-se distorcida para a maioria dos(as) discentes. No item “avaliação, arranjo e descrição documental”, 49% afirmou ser uma mediação explícita e 43% declarou ser mediação implícita, situação que chama a atenção para os aspectos conceituais não incorporado no fazer profissional.

É nítida a imprecisão dos(as) pesquisados(as) quanto às instâncias mediadoras que, de acordo com Almeida (2009), o fazer profissional incorpora, consciente ou inconsciente, atributos pessoais e profissionais que interferem na execução do trabalho. Nesse direcionamento, infere-se que os(as) discentes desenvolvem as atividades arquivísticas de forma inconsciente, situação que limita a relação simbólica entre informação e conhecimento, favorecendo a ideia de passividade do futuro arquivista e de arquivos como espaços apenas de custódia. Para efetiva a mudança deste posicionamento, propõe-se o aprofundamento da categoria do conceito de mediação da informação, inclusive no desenvolvimento das dimensões da mediação da informação defendidas por Gomes (2019).

Para além do arcabouço teórico de mediação da informação, inquiriu-se aos discentes sobre as ações de mediação realizadas pelas

instituições e serviços arquivísticos, por considerar que esses espaços refletem as competências e habilidades desenvolvidas no processo formativo. Dessa maneira, é possível inferir aspectos que são associados à difusão arquivística, lidando com a comunicação e acesso democrático do acervo. Entretanto, observou-se um menor direcionamento de concordância dos participantes para espaços físicos/virtuais das instituições arquivísticas como lugares de acolhimento e livre acesso e formação e qualificação do usuário, elementos que precisam ser abordados nos exemplos práticos e situações problemas, com o intuito de modificar comportamentos enraizados no exercício laboral.

O conceito de mediação da informação, para Almeida (2009, p.99), está associado em uma multiplicidade de processos:

[...] a apropriação e a interferência e esta se dá em vários âmbitos: do usuário, do profissional da informação, do suporte informacional, do produtor da informação, das mídias, dos meios, dos equipamentos informacionais, etc.

O aspecto heterogêneo da mediação faz com que o mediador (arquivista) crie condições e estratégias para a apropriação da informação de tal forma que essa seja de fato realizada, e talvez por esta razão os(as) discentes percebem a mediação da informação sendo tratada no curso de Arquivologia, identificada nos componentes curriculares de caráter obrigatório (46%) e inserida em diferentes componentes (34%).

Os resultados confirmam a inserção gradativa da mediação da informação nos cursos de Arquivologia brasileiros, principalmente com a reformulação de componentes curriculares que tratavam da difusão arquivística e serviço de referência.

5 Considerações Finais

A formação do arquivista focada na mediação da informação mostra ser uma temática necessária e atual, em que a compreensão dos discentes coaduna com os objetivos do curso

de Arquivologia de estimular habilidades do arquivista mediador.

Esta pesquisa sinaliza a sua pertinência ao se reportar a Diretriz Curricular Nacional para os Cursos de Arquivologia em que aponta como competências gerais dos graduandos “[...] traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação” e “[...] responder a demanda de informação produzida pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo”, aspectos diretamente relacionados com a mediação da informação que refletem o objetivo do curso e o perfil do egresso, elementos essenciais aos projetos pedagógicos.

Os(as) participes reconhecem os conceitos e os fundamentos teóricos de mediação da informação trabalhados em sala de aula, embora as ações mediadoras (mediação implícita e explícita) requerem maior aprofundamento, tornando claras as ações de interferência dos arquivistas.

Portanto, os discentes (futuros arquivistas) se sentem preparados em desempenhando o papel de mediador da informação, embora limitações quanto à conscientização das instâncias mediadoras podem refletir as atividades técnicas da profissão.

É nítida a necessidade de novas pesquisas sobre a temática, especialmente ao se referir sobre a formação dos arquivistas, minimizando as lacunas formativas destes profissionais para sua atuação nas instituições arquivísticas e serviços arquivísticos, inclusive no ambiente digital, e para o desenvolvimento pessoal, aproximando o egresso do curso de Arquivologia à realidade social.

O contexto atual requer que o arquivista esteja preparado para auxiliar as necessidades informacionais dos seus usuários (administradores, pesquisadores e cidadão), em tempo real, seguindo as características da disponibilidade de informação em acesso aberto, sobretudo os provenientes do setor público ou instituições privadas de interesse social, como as associações de classe, os arquivos de personalidades e/ou autoridades

artísticas, políticas, religiosas, ensino, entre outros.

Ante ao exposto, considera-se que a formação do arquivista para mediação (cultural, da informação, arquivística) possibilita novas formas de aprendizagem, sobretudo ao relacionar a atuação do arquivista ao ato de conhecer do usuário, sendo o sujeito chave para a democratização da sociedade.

6 Referências

- Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (2019). Critério de Classificação Econômica Brasil. <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- Almeida, O. F. Jr. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. Em S. Bortolin & et. al. (Org.), *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9-32). Londrina, PR: ABECIN.
- Almeida, O. F. Jr. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 2(1), 89-103. <https://scispace.com/pdf/mediacao-da-informacao-e-multiplas-linguagens-2w75xqwz28.pdf>.
- Bardin, L. (2016). *Análise do conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Bellotto, H. (2014). *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Brandão, G., & Borges, J. (2016). Mediação da informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. *Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn*, 4 (especial), 118-136.
- Conselho Nacional de Educação (2001). Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, de 12 de dezembro de 2001. Brasília, DF.
- Creswell, J. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto*. (2º ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. (2007). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- Fonseca, M. O. K. (1999). *Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento*

- arquivístico. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil.
- Freire, P. (2019) Pedagogia da autonomia (59º ed). Rio de Janeiro, RJ, São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social (5ª ed). São Paulo, SP: Atlas.
- Gomes, H. F. (2019). Protagonismo social e mediação da informação. Logeion: Filosofia da Informação, 5(2), s/p.
- Heredia Herrera, A. (1991). Archivística General: teoría y práctica (5ª ed). Diputación Provincial de Sevilla.
- Jardim, J. M. (2001). A formação do arquivista na sociedade da informação. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e documentalistas. Lisboa, Portugal.
<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/707>.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999) A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, RS: Artmed; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Lousada, M. (2016) A mediação da informação e a Arquivologia: aproximações teóricas. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 11(1), 117-134.
- Lodolini, E. (2010). Formación profesional de los archiveros y escuelas de archivología. Anuario Escuela de Archivología, (2), 50-68.
- Malheiro, A., & Ribeiro, F. (2011). Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação. Recife, PE: Néctar.
- Marques, A. (2016). Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? Informação & Sociedade: Estudos, 26(3), 169-184.
- Matos, M. T. N. B. (2008). Panorama histórico da formação arquivística nas Américas. Congresso Brasileiro de Arquivologia, Goiânia, Brasil.
https://www.aag.org.br/anai_sxvcba.pdf.
- Ribeiro, F. (2011). A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, 1(1), 59-73.
- Ribeiro, F. (2010). Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. Informação & Sociedade: Estudo, 20(1), 63-70.
- Santos, R., Sousa, A. C., & Almeida, O. F. Jr. (2021). Os valores pragmático, afetivo e simbólico no processo de mediação consciente da informação. Informação & Informação, 26(1), 343-362.
- Silva, A., & Ribeiro, F. (2008). Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento.
- Tanus, G. F., & Araújo, C.A. A. (2013). O ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 18(37), 83-102.
<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p83>.
- Thomassen, T. (2005). Archival education in the age of transnational data communication. International Council on Archives, Section for Archival education and Training.
- Universidade do Estado de São Paulo. (2020). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.
- Universidade Federal do Espírito Santo. (2017). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.
- Universidade Federal Fluminense. (2018). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.
- Universidade Federal de Minas Gerais. (2015). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.
- Universidade Federal de Santa Maria. (2020). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.
- Valentim, M. (2000). Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. Em Valentim, M. (Org.) Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional (pp. 135-152). Polis.
- Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos (2ª ed.). Bookman.